REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. RICARDO AYRES)

Requer ao Ministro de Estado da Educação informações sobre o Programa de Moradia Estudantil "Casa do Estudante", no estado do Tocantins, ofertado por instituições federais de ensino.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Educação informações sobre o Programa de Moradia Estudantil "Casa do Estudante", no estado de Tocantins, ofertado por instituições federais de ensino e financiado por recursos advindos do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Além de um mapeamento das casas existentes, solicitam-se informações quanto à situação em que se encontram atualmente e ao orçamento destinado à sua manutenção.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa de Moradia Estudantil "Casa do Estudante" integra a Política de Assistência Estudantil desenvolvida pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), e tem como principal objetivo garantir, por meio da disponibilização de moradia digna, condições de permanência e conclusão a estudantes em situação de vulnerabilidade econômica matriculados em cursos de graduação presencial na universidade. Diferentemente da modalidade de auxílio financeiro para custeio de aluguel (também existente na instituição), as





2

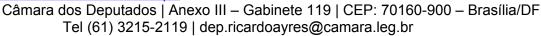
Casas do Estudante oferecem vagas em imóveis de propriedade da UFT ou alugados para essa finalidade.

Embora a maioria dos imóveis em que funcionam as Casas do Estudante não constituam patrimônio da União, segundo a Resolução nº 37, de 06 de dezembro de 2017, editada pela Universidade Federal do Tocantins¹, compete à instituição federal a responsabilidade quanto a despesas de água/esgoto, energia, e manutenção predial das Casas. Da mesma forma, cabe à Comissão de Apoio Institucional da Casa do Estudante (composta, entre outros, por membros da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e da Direção do campus ao qual a Casa está vinculada) a realização de visitas às Casas, a fim de avaliar e acompanhar a situação de habitação e convivência dos residentes.

Nesse sentido, chama atenção a recorrência de denúncias divulgadas em meios jornalísticos relativas à situação precária que estaria sendo observada em diversas unidades da Casa do Estudante, incluindo vazamentos, problemas na parte elétrica, infiltrações, portas e portões danificados, e ausência de reformas necessárias. Elementos estes que, por sua vez, atentam contra a garantia de moradia digna aos beneficiários do programa, conforme preveem seus objetivos. De fato, tais denúncias já ensejaram, em momento anterior, ações da Defensoria Pública do Estado de Tocantins contra o governo estadual, e solicitações de guarda provisória dos imóveis à UFT.

De todo modo, cabe considerar o disposto no art. 32 da Resolução nº 26, de 17 de outubro de 2017², editada pela Universidade Federal de Tocantins, segundo o qual o conjunto de programas que compõem a Política de Assistência Estudantil da Universidade – dentre os quais está o Programa de Moradia Estudantil em tela – são financiados com recursos

Dispõe sobre a regulamentação da Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: <a href="https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/v7Aeb94vRguMuklzy0v3Ow/content/26-2017%20-%20Pol%C3%ADtica%20de%20Assist%C3%AAncia%20Estudantil%20e%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Acad%C3%AAmica%20da%20UFT.pdf Acesso em 12 de novembro de 2024.







¹ Dispõe sobre as normas gerais de ocupação e convívio para a moradia nas Casas do Estudante da Universidade Federal do Tocantins, destinadas aos alunos de Graduação regularmente matriculados na Instituição. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/VhtAQNUOSPuZW1ytPEPZ-w Acesso em 12 de novembro de 2024.

3

originários do Tesouro Nacional e do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Tendo em vista o repasse de recursos públicos da União à instituição, incluindo aqueles especificamente destinados a ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, cumpre indagar o Ministério da Educação a respeito do real estado em que se encontram as Casas do Estudante que compõem o programa de moradia estudantil ofertado pela UFT. De forma semelhante, cabem esclarecimentos a respeito de como está sendo executado o orçamento destinado ao programa e à sua manutenção.

Conforme estabelecido no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, embora as instituições federais de ensino superior sejam responsáveis pela execução das ações de assistência, e possam fixar certos requisitos para a seleção dos estudantes beneficiários, cabe a elas prestar "todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação" (art. 6°).

O presente Requerimento de Informação tem, portanto, o objetivo de buscar esclarecimentos sobre essa relevante política pública junto ao Poder Executivo, em cuja configuração o Poder Legislativo também detém responsabilidade. Afinal, a recentemente sancionada Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil e atualmente se encontra em fase de regulamentação, foi fruto de um diálogo do MEC com o Congresso Nacional, e também engloba iniciativas de assistência já existentes, como aquela aqui tratada.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado RICARDO AYRES

2024-15660



